

Governo e setor privado disputam créditos de carbono na Amazônia

 valor.globo.com/brasil/cop30-amazonia/noticia/2025/08/29/governo-e-setor-privado-disputam-creditos-de-carbono-na-amazonia.ghtml

29 de agosto de 2025

A proliferação de novos projetos privados na Amazônia para gerar créditos de carbono a partir da redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, o arranjo conhecido como REDD+, tem preocupado cientistas e gestores de governo, que defendem projetos públicos mais abrangentes.

Com histórico de pouco sucesso, as iniciativas pontuais dessa categoria têm voltando a interessar alguns grupos, sobretudo povos indígenas, que veem nesses projetos uma alternativa para levantar dinheiro com o objetivo de preservar a floresta, em meio à demora no repasse de recursos oficiais. O mercado de crédito de carbono é um dos temas que estarão em debate na COP30, em Belém, em novembro.

Os créditos de carbono são um valor em dinheiro associado à quantidade de biomassa (as árvores) preservada, evitando a emissão de CO₂.

Na Amazônia há um caos fundiário, já vimos situações em que até áreas griladas foram utilizadas para fazer projetos de REDD+”

— Raoni Rajão

Esses créditos - 1 crédito equivale a 1 tonelada de carbono -podem ser vendidos no chamado mercado voluntário a empresas que querem abater suas pegadas ecológicas. Desde que a ideia começou a vingar, nas últimas duas décadas, o setor estima que mais de 50 milhões de créditos de carbono tenham sido emitidos, a preços que variaram de US\$ 3 a US\$ 30 a tonelada.

Os projetos pontuais de REDD+, associados a áreas específicas (terras indígenas e reservas extrativistas, propriedades privadas e outras), contrastam com os grandes projetos chamados jurisdicionais de REDD+ que abarcam grandes extensões de terra, como países ou estados inteiros. No Brasil, o maior projeto desse tipo é o Fundo Amazônia, que remunera o governo federal pela queda do desmate em toda a Amazônia Legal. A União informa já ter captado mais de 325 milhões de créditos com isso. Há projetos de jurisdição estadual também no Acre e em Mato Grosso.

Caubóis de carbono

A relação delicada entre projetos locais e jurisdicionais de REDD+ começa pela contabilidade do carbono da floresta preservada. O CO2 evitado por projetos em terras indígenas, por exemplo, precisa ser descontado da conta do Fundo Amazônia, para evitar a dupla contabilidade.

E o governo federal busca agora criar mecanismos para fortalecer o poder de negociação das comunidades tradicionais contra grupos chamados de caubóis do carbono. Esse é o apelido dado a empresas oportunistas que oferecem a indígenas projetos de REDD+ com visão de curto prazo e distribuição de recursos muitas vezes desigual.

Roberta Cantinho, diretora de Políticas para Controle do Desmatamento e Incêndios do Ministério do Meio Ambiente (MMA), diz que o governo não é contra projetos privados, mas diz que o histórico dessas iniciativas aquilo é ruim.

“Eu lhe desafio a trazer um caso de sucesso. É importante a gente diferenciar o que é um programa jurisdicional de REDD+ do que é um projeto local de REDD+”, afirma..

Como o governo não pode ditar as regras dos contratos privados, o que o Ministério do Meio Ambiente tem feito é atuar junto a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) para tentar regulamentar o setor com padrões mais rigorosos para a área.

Colocar de pé um projeto de REDD+ envolve um processo complexo, que requer cautela contra distorções. Além da questão da dupla contabilidade, é preciso garantir que a metodologia evite uma previsão exagerada de desmatamento futuro a ser evitado.

“Acontece que quem calcula a expectativa [de créditos gerados] é quem vai ganhar o crédito”, diz o cientista Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Esse inflacionamento artificial dos créditos, no final, provoca uma distorção no cálculo de redução de emissões de CO2, que é razão de ser do próprio REDD+. A lógica por trás da ideia é ajudar grupos que estejam, de fato, fazendo esforço de preservar a floresta e impedir que o carbono das árvores seja lançado na atmosfera e alimente a crise do clima.

De acordo com Cantinho, num projeto jurisdicional como o Fundo Amazônia, a transparência de metodologia e o endosso da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC) garantem um resultado robusto e auditável. A redução do desmate calculado pode ser mais diretamente atribuída a políticas públicas. Mas se um território pequeno, específico, deixa de ser desmatado, é difícil atribuir essa vitória apenas a políticas locais, porque a União e os Estados também atuam na fiscalização.

Com o dinheiro de um programa jurisdicional entrando no país, a promessa do governo federal é que ele seja distribuído entre os agentes que atuam na proteção da mata, desde os órgãos de fiscalização a comunidades tradicionais.

Verba não chega a aldeias

Segundo alguns povos indígenas, é nessa ponta que o sistema está falhando. Líderes de três etnias e um de comunidade extrativista que conversaram com a reportagem afirmam que a verba destinada a povos tradicionais não tem sido suficiente para bancar seu trabalho de vigilância.

“Precisamos que o recurso chegue na ponta” - diz Neidinha Suruí, liderança dos Paiter Suruí, que planeja retomar um projeto de REDD+ encerrado na sua comunidade.

A etnia habita a Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia, e teve um projeto cancelado por desacordo interno entre aldeias.

“A gente não é contra que parte do recurso vá para o governo, porque o governo precisa de apoio para que funcione, por exemplo, a Funai, que tem um orçamento irrisório. Mas se o território é indígena, se é quilombola, se é extrativista, precisa entrar recurso diretamente para o território.”

Vigiar essas áreas, que costuma ter milhares de hectares de extensão, é algo que consome muito dinheiro para combustível, manutenção de barcos e caminhonetes e a remuneração de equipes indígenas, que acabam trabalhando em regime exclusivo na vigilância. O uso de drones barateou um pouco o trabalho de observação, mas ainda assim é preciso confrontar invasores.

Outro povo indígena que está em fase de planejamento para um projeto de REDD+ são os Tenharim, do sul do Amazonas. A comunidade já chegou a rejeitar propostas de caubóis do carbono no passado, mas fechou uma parceria para criar um projeto que partiu da própria comunidade.

Segundo Daiane Tenharim, líder local à frente da iniciativa, os recursos dos projetos de REDD+ são uma forma de fazer justiça a quem sempre se empenhou na proteção da floresta.

“A gente vê nesse projeto o fortalecimento daquilo que a gente já faz na preservação”, diz a líder comunitária. “A gente tem os agentes ambientais que trabalham nessa questão de monitoramento e vigilância territorial. O que a gente não têm é transporte para eles fazerem essas atividades.”

A consultoria que está elaborando um projeto de REDD+ para os Tenharim é a Wildlife Works, que trabalha também com o povo Ka'apor, na Amazônia maranhense. Segundo a diretora Monique Vanni, a iniciativa partiu das próprias comunidades, e elas só aceitaram a parceria porque a empresa não chegou já com uma papelada pronta para assinar.

Vanni diz que acredita ser melhor fazer um processo lento, didático e detalhado para o que é chamado de consulta livre, prévia e informada (CLPI), um procedimento necessário para a comunidade dar seu aval ao projeto de REDD+.

“A Wildlife Works é uma empresa de conservação comunitária. As comunidades vão gerenciar o projeto com a gente.”

A diretora reconhece algumas críticas ao setor de REDD+, mas diz ver um pouco de “fogo amigo” por parte de outros profissionais na gestão ambiental quando atacam iniciativas dos povos indígenas.

“Quem não está em campo talvez não tenha consciência do desamparo e da falta de recurso que essas populações têm, em um contexto de total ausência do Estado”, afirma.

De acordo com Julie Messias, diretora-executiva da Aliança Brasil NBS, que representa as empresas do setor de créditos de carbono, os projetos públicos e privados não precisam existir em oposição.

“Consideramos legítimas as políticas públicas que estruturam programas jurisdicionais, e defendemos que há espaço para uma convivência verdadeiramente complementar entre essas iniciativas e os projetos privados”, escreveu à reportagem.

“Enquanto o projeto privado atua de forma direta e localizada, com foco na redução do desmatamento em territórios específicos e no engajamento próximo das comunidades, os programas jurisdicionais operam em escala mais ampla, criando condições e políticas que favorecem a redução do desmatamento em todo o Estado.”

Rajão, da UFMG, afirma que sem um pente-fino será difícil apostar nos projetos locais como estratégia de larga escala contra o desmate.

“Na Amazônia há um caos fundiário, já vimos situações em que até áreas griladas foram utilizadas para fazer projetos de REDD+. Se o indígena protege a floresta, ele merece ter recursos, mas um crédito de carbono dá direito a alguém lá do outro lado do mundo emitir uma tonelada de carbono. Você tem de ter certeza absoluta que aquela tonelada está sendo mitigada”, afirma o cientista.